

O equilíbrio dos municípios

* *Luís Nassif*

Co-autor, junto com seu antecessor Paulo Hartung, de um processo amplo de saneamento na Prefeitura de Vitória, o prefeito Luiz Vellozo Lucas tem sugestões a fazer no programa de disciplinamento das contas municipais. Considera ele que municípios financeiramente equilibrados se constituem na parte mais saudável do setor público no País.

Segundo dados do Banco Central (BC), municípios ajustados respondem por cerca de 49% do investimento público no Brasil. Neles acontecem os investimentos da mais alta qualidade, porque com profundas implicações sociais. Em geral, são em pavimentação de rua, água e esgoto, habitação, melhoria de escolas e postos de saúde. Vellozo Lucas defende que esse tipo de investimento seja a âncora anti-recessiva do ajuste.

Para tanto, há a necessidade de se mudar o enfoque tanto na política de controle de gastos, por parte do Governo Federal, quanto na postura de resistência ao ajuste, por parte dos prefeitos, que passariam a defender fórmulas de casar equilíbrio financeiro com acesso a crédito e investimento.

Exemplifica com o caso de Vitória. Seu endividamento é de R\$ 0,12 para cada R\$ 1,00 de arrecadação. Sua dívida é toda de longo prazo, basicamente com a Caixa Econômica Federal. Enquanto isso, a relação dívida versus arrecadação é de R\$ 2,00 por R\$ 1,00 em São Paulo e no Rio de Janeiro. No entanto, está com suas operações de crédito bloqueadas pelo BC, para financiar investimentos. "Crédito para investimento é colesterol bom, em termos de endividamento", diz ele.

Propõe que a possibilidade de se endividar para investimento seja a cenoura para quem se propuser a se ajustar. Outra proposta é acabar com a história de o Senado e o BC avalizarem dívidas de municípios. "Serve apenas como garantia para bancos imprudentes", diz ele. Tem que se deixar por conta das agências de risco do mercado, fazendo os bancos correrem eles mesmos o risco.

Pontos do ajuste

Vellozo Lucas não tem idéia sobre o percentual de municípios financeiramente saudáveis no País. Sabe

que, dos 5.700 municípios, menos de 600 recolhem Imposto Sobre Serviços (ISS). A maioria absoluta vive de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O grande problema na criação de municípios, diz ele, não é a ausência de regras, mas o excesso de regras ruins. A Constituição reza que, em todo município, vereadores têm que ganhar salários. Nos Estados Unidos, em municípios com menos de 200 mil habitantes, vereador não pode ser remunerado.

É um dos poucos pontos regulamentados. Para virar município, basta apenas uma determinada região se unir, como em um condomínio, e comunicar ao Condado sua saída. No Condado de Dade, na Flórida, existem 33 municípios. Não há nenhuma lei federal regulando sua autonomia. A única condição é que, para ser município, tem que possuir auto-suficiência de receita. O maior imposto é o IPTU, que chega a 4,5%. Com esse imposto, financiam água, esgoto, iluminação pública, polícia e lixo – tudo controlado pela própria municipalidade. Até a estrutura do Judiciário é municipal. Ganhou autonomia fiscal, é maior de idade, e pode se emancipar. Aqui, se dá a emancipação com a mãe PFM garantindo a mesada.

Sua sugestão é que o município que quiser ser criado precisa dispor de autonomia financeira e não ser obrigado a montar aparatos burocráticos custosos.

Vitória

Para ele, o ajuste dos municípios passa pelos seguintes pontos:

- 1) Aumento da receita própria municipal. Para sanear Vitória, o esforço maior centrou-se no aumento da arrecadação própria. Sete anos atrás, IPVA, ISS e IPTU respondiam por 22% da receita. Hoje, respondem por 45%.
- 2) Equilíbrio na previdência municipal. Em Vitória, passou-se a cobrar 10% dos funcionários para um fundo. Hoje, o fundo tem reservas e está equilibrado.
- 3) Fim dos benefícios por tempo de serviço. A maioria dos Estados e municípios não teve capacidade

política de cortar esse privilégio. Mesmo sem aumento, há um crescimento vegetativo da folha em 10% só por conta desse item.

- 4) O custo das câmaras municipais é um dos itens de maior peso. Ele e Hartung pegaram a câmara gastando 7% do orçamento. Enfrentaram uma ampla discussão política que culminou na eleição de uma mesa comprometida com o programa de autoridade. Hoje, a câmara gasta 3,5% do orçamento do município.

Com todas essas medidas, a capacidade de investimento saltou de 3% para 16% do orçamento, e a participação da folha caiu de 65% para 52%. Com isso, desde o ano passado o orçamento gira com zero de restos a pagar. Tudo o que é empenhado é gasto no próprio exercício.

Transcrito da Folha de São Paulo de 14.11.98